

O aumento da violência intrafamiliar em França, em período de pandemia. Do que estamos falando?

The increase in intra-family violence in France during the pandemic.
What are we talking about?

L'augmentation en France des violences intrafamiliales en période de pandémie. De quoi parle-t-on?

Vanessa Stettinger
Université de Lille, França.
vanessa.stettinger@univ-lille.fr

Recebido em 04 de novembro de 2021

Aprovado em 23 de março de 2022

Publicado em 16 de abril de 2022

RESUMO

Diferentes dados estatísticos comprovam um aumento da violência doméstica após o primeiro confinamento em França. Para compreendermos melhor estes dados, este artigo abordará a violência existente no seio das famílias que viviam na pobreza antes da pandemia, quer se baseassem num «hábitus» de classe, nas consequências dos efeitos da pobreza ou no sofrimento experimentado pelos indivíduos. Por conseguinte, tendo a pandemia fragilizado as populações mais pobres, é provável que a violência associada ao contexto social tenha aumentado mais do que outras desde a pandemia.

Palavras-chave: Violência familiar; Criança; Classe social, Pobreza.

ABSTRACT

A variety of statistical data points to an increase in intrafamily violence following the first lockdown in France. To better understand the data, this article will discuss the pre-existing violence within families living in poverty before the pandemic and whether it was rooted in a class 'habitus', the consequences of the effects of poverty or individuals' suffering. Consequently, as the pandemic hit the most deprived communities the hardest, it is likely that violence linked to social context will have increased more than any other type of violence since the pandemic began.

Keywords: Family violence; Child; Social class; Poverty.

RESUME

Différentes données statistiques attestent d'une augmentation des violences intrafamiliales à la suite du premier confinement en France. Pour mieux comprendre ces données, il sera question dans cet article des violences existant au sein des

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644468368>

famílias vivam na pobreza antes da pandemia, que elas estejam enraizadas em um “habitus” de classe, consequências dos efeitos da pobreza ou ainda das dores vividas pelos indivíduos. Portanto, a pandemia tendo fragilizado as populações mais desfavorecidas, é provável que as violências ligadas ao contexto social tenham aumentado mais do que outras desde a pandemia.

Mots clés : Violência familiar ; Criança ; Classe social ; Pobreza.

Introdução

Na França, após o primeiro confinamento de março/abril de 2020, a imprensa francesa e alguns estudos sociológicos¹ salientaram um aumento significativo da violência intrafamiliar, infligida contra mulheres ou crianças. Como explicar esta suposta recrudescência? Poderá estar associada a um aumento do número de denúncias dadas pelas pessoas que foram agredidas, uma vez que os sistemas de apoio às vítimas gradualmente implementados permitiram que as pessoas se manifestassem? De fato, considero crucial examinar a questão da violência doméstica antes da pandemia a fim de compreender estas estatísticas, basear-me-ei, para este artigo, em pesquisas anteriores que realizei sobre a construção de laços familiares nas famílias dos estratos mais desfavorecidos das classes populares. Na primeira parte, apresentarei a metodologia de investigação e o lugar ocupado por estas famílias atingidas pela pobreza. Apresentarei em seguida as formas de violência entre pais e filhos observadas nestas famílias. A última parte irá correlacionar o aumento da violência intrafamiliar com as medidas tomadas pelo governo durante a pandemia.

Investigar junto das «famílias pobres»

As análises aqui propostas baseiam-se em dados recolhidos no âmbito de um pesquisa etnográfica sobre a construção de laços familiares em situações de pobreza², uma pesquisa realizada junto de quinze famílias alvo de um acompanhamento da *Action éducative en milieu ouvert* (Aemo)³. O trabalho de campo, realizado entre 2009 e 2016, foi possível graças a duas associações responsáveis pelo acompanhamento educativo das crianças. Na maioria das famílias, apenas o primeiro encontro foi organizado com a presença do assistente social, que escolheram

as famílias com base na motivação de um dos seus membros (muitas vezes as mães). As famílias que conhecemos foram, portanto, consideradas como tendo recursos para contar as suas histórias, porque teriam atingido um ponto suficientemente «estável» nas suas vidas ou porque a pesquisa lhes poderia ser benéfica. Além disso, as razões para o trabalho de campo (a intenção de escrever um livro sobre famílias expostas a dificuldades econômicas) são explicadas de antemão, de modo a que a investigação e o acompanhamento educativo sejam claramente dissociados.

Foram realizadas, junto de cada família, entrevistas, discussões informais e observações ao longo de um período que variou entre vários meses a mais de seis anos. A maioria das reuniões tiveram lugar nas casas das famílias (durante a semana ou aos fins-de-semana, em horários variáveis), mas também no exterior, em muitas ocasiões: nas compras, durante as atividades das crianças, no restaurante, no hospital, no tribunal, em reuniões com o assistente social. Foram realizadas mais de cinquenta entrevistas com mães, pais (quando presentes no lar), com algumas crianças e a outras pessoas que vivem na mesma habitação. O vínculo de confiança foi forjado através de serviços prestados, escuta ou simples interesse (SCHWARTZ, 1990). Ao longo destes encontros, foram discutidos os muitos temas que compõem as relações familiares: finanças (rendimentos, despesas), habitação e instalações, relações de vizinhança, atividades de lazer, nascimento das crianças e a sua educação, cuidados institucionais. Passar tempo com estas famílias, acompanhando-as durante parte das suas vidas levou a uma compreensão das mesmas que vai para além das palavras. O tempo dedicado ao trabalho de campo reflete não só a complexidade do assunto, mas também a dificuldade de estabelecer a confiança que é essencial para compreender os factos. Conforme também escrito por Olivier Schwartz, a investigação viu «*portas fechadas, compromissos falhados, respostas evasivas, palavras teimosamente condicionadas pela chuva e pelo bom tempo do momento*», lembrando-nos que a pesquisa pode ser vista como embaraçosa, excessiva, indesejável ou injustificada (SCHWARTZ, 1990, p. 39).

Abordar a questão da violência nas famílias afetadas pela pobreza não é uma prática isenta de riscos. Há o risco de esquecer que a maior vigilância dos serviços sociais prestados a estas famílias acaba por expor mais os seus «distúrbios

familiares» (CARDI, 2007; SERRE, 2009). Há o risco de esquecer que a violência doméstica existe em todos os ambientes sociais (MUCCHIELLI, 2011). Na conclusão de uma revisão bibliográfica sobre os maus tratos infantis e a sua relação com o ambiente social, Gillonne Desquesnes conclui: «Embora as pesquisas gerais à população e as monografias hospitalares mostrem uma predominância das classes mais pobres, isto não significa que os maus tratos estejam ausentes dos ambientes mais privilegiados. No entanto, como passa por outros canais, este abuso em ambientes mais favorecidos não é muito visível e é notória a ausência de estudos» (DESQUESNES, 2011, p. 29). Há também o risco de esquecer as várias formas de violência sofridas por estas famílias (JAZOULI, 1993; PALHETA, 2015). Jeanne Lazarus, inspirando-se no trabalho de Aline O'Connor (O'CONNOR, 2001), recorda-nos o perigo das descrições de pesquisadores que trabalham com pessoas pobres e de como essas descrições acabam por ser usadas «contra» essas mesmas pessoas: «Assim, os opositores do Estado-providência dirão que os pobres carecem de competências e por isso têm de ser formados. A sua vida familiar é instável: têm de ser mais responsáveis, os pais precisam melhorar a forma como tomam conta dos seus filhos. Estão desmotivados e deixam de procurar trabalho: é necessário retirar o apoio que recebem e voltarão a ficar motivados, etc.» (LAZARUS, 2012). Por conseguinte, é importante contextualizar qualquer descrição de populações vulneráveis. O meu trabalho não é sobre «os pobres», embora por vezes esta expressão abreviada seja utilizada, mas sim sobre indivíduos que vivem na pobreza. Ao descrever as vidas de alguns indivíduos afetados por esta realidade, afasto-me assim de uma leitura estritamente individualista, responsabilizadora e estigmatizante, que apontaria o indivíduo como o produtor da sua situação.

Nas análises desenvolvidas abaixo, a pobreza, cujas variações de intensidade permanecem limitadas de uma família para outra, será apresentada como uma realidade social comum. Enquanto algumas das famílias que conheci se localizam na «zona cinzenta» descrita por Duvoux e Papuchon, «entre emprego e desemprego», em que os indivíduos «quer estejam ou não permanentemente ligados ao emprego, mas cuja situação, simultaneamente instável e quase no limiar da pobreza, constitui uma nova zona nebulosa de pobreza» (DUVOUX, PAPUCHON, 2019, p. 2), a maioria

das famílias encontradas estão instaladas numa situação de desemprego e pobreza extrema, combinando «pobreza monetária» e «pobreza de condições de vida». A pobreza é assim identificada com base numa abordagem multidimensional e não estritamente monetária, estando mais correlacionada com uma abordagem qualitativa do fenómeno (DAMON, 2010). Como observam Nicolas Duvoux e Jacques Rodriguez, em países ricos como a França, a pobreza caracteriza-se principalmente por «um estatuto social que priva aqueles que nela se enquadram da possibilidade de participar plenamente na vida coletiva ou de se realizarem enquanto indivíduos» (DUVOUX, RODRIGUEZ, 2016, p. 8). Esta é a pobreza «desqualificante» referida por Serge Paugam (PAUGAM, 1998 e 2005), ainda que, no caso dos meus inquiridos, assumam formas de estabilidade e seja vista, como sublinham Nicolas Duvoux e Adrien Papuchon, «cada vez menos como uma queda, e cada vez mais como uma condição» (DUVOUX, PAPUCHON, 2019, p. 2). Serão abordadas várias vertentes da vida quotidiana para que o leitor possa compreender como algumas delas dificultam a participação na vida coletiva e a construção de um futuro diferente. Combinando más condições de habitação e de recursos nos bairros, problemas de saúde e acesso aos cuidados, dificuldades no acesso à educação, conhecimento e comunicação, a pobreza está também enraizada numa história de oportunidades e possibilidades e, sobretudo, numa história de recursos económicos, sociais e culturais.

Classes populares e pobreza

Na literatura sociológica francesa, as famílias pobres pertencem esmagadoramente às classes populares. Contudo, isto não significa que todas as pessoas da classe popular sejam pobres (MASCLET, SCHWARTZ, 2019). A heterogeneidade das classes populares tem sido salientada por vários sociólogos que apontam as distâncias reais entre os indivíduos e as suas tentativas de se distinguirem uns dos outros. Existem diferenças notórias entre indivíduos dos estratos mais altos e mais baixos das classes populares (SCHWARTZ, 1998; SCHWARTZ, 2009; SIBLOT, CARTIER, COUTANT, MASCLET, RENAHY, 2015; CAYOUILLE-REMBLIERE, 2015; MAUGER, 2015; DUVOUX, LOMBA, 2019, MASCLET et al. 2019 e 2020). Para

Olivier Schwartz, pertencer às classes populares caracteriza uma população marcada por «baixo estatuto social e profissional», «recursos económicos limitados» e «distância face ao capital cultural» (COLLOVALD, SCHWARTZ, 2006). Mas é no grau de cada uma destas características que reside a heterogeneidade das classes populares. As formas mais agudas de pobreza combinam a falta de estatuto profissional, a assistência social como único rendimento e uma forte distância face ao capital cultural. Segundo o INSEE (Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Económicos), nas famílias em que a pessoa de referência é ativa, a taxa de pobreza em 2017 era de 8,2% para os operários e de 6,8% para os empregados, em comparação com 2,6% para os quadros superiores⁴. De acordo com o *Observatoire des inégalités* (Observatório das desigualdades), uma análise mais detalhada mostra que a taxa de pobreza dos operários e dos empregados qualificados é de cerca de 7%, mas atinge 22% para os trabalhadores que prestam serviços a particulares (sobretudo as empregadas de limpeza)⁵. Ainda segundo o *Observatoire des inégalités*, os operários e empregados representam quase 80% das pessoas pobres⁶. As pessoas mais carentes são, antes de mais as menos qualificadas, as que têm mais dificuldade em integrar-se num emprego estável e bem remunerado (*Observatoire des inégalités*, 2018).

Nicolas Duvoux e Adrien Papuchon sublinham o risco de uma dicotomia exacerbada «entre a análise da pobreza e a análise das classes populares». Segundo estes autores, existe hoje «por um lado, uma divisão do trabalho sociológico e uma relativa compartimentação entre o trabalho sobre a pobreza e centrado em situações de distanciamento face ao mercado de trabalho e marginalização e, por outro lado, o trabalho sobre as classes populares integradas - embora frágeis» (DUVOUX, PAPUCHON, 2019, p. 4). Destacam assim o risco de os investigadores passarem ao lado «da experiência [que estas populações] têm da estrutura social (...), de perderem as evoluções da pobreza inscritas na persistência e no aprofundamento da crise» (op. cit., p. 4). É por essa razão que faço questão em colocar as pessoas encontradas num contexto mais amplo, o das classes populares, mesmo que seja importante distinguir entre pertencer a estas classes populares e ser pobre, uma vez que alguns hábitos se referem a um «hábito de classe» e outros a injunções associadas à sua pobreza. A

distinção é por vezes sutil, sobretudo quando o «hábitus de classe» é construído na pobreza (BOURDIEU, 1979; BOURDIEU, 1980).

Esta visão transversal da estrutura social também nos permite compreender as relações que os indivíduos que vivem na pobreza e estabelecem com outros ambientes sociais. Como recorda Nicolas Duvoux, «os mecanismos de regulação dos pobres não se aplicam apenas a eles. Mesmo que sejam especificamente concebidos para os pobres, os sistemas de tratamento sanitário, social e até penal subjugam de fato todo o corpo social» (PAUGAM, DUVOUX, 2008, p. 27).

A violência intrafamiliar

Laurent Mucchielli apoia a hipótese de que «um processo de pacificação dos costumes continua sem dúvida a funcionar na sociedade francesa, contribuindo para o lento mas constante declínio do uso da violência física como uma forma de sair dos conflitos quotidianos e comuns da vida social» (MUCCHIELLI, 2008, p. 119). Segundo o autor, este processo de «pacificação dos costumes», que estigmatiza e retira a legitimidade ao uso da violência, contribui para um sentimento de aumento da violência entre os indivíduos: «O sentimento geral de um aumento do comportamento violento pode não só refletir perfeitamente uma aceleração na denúncia de tal comportamento, como também uma estagnação ou mesmo uma diminuição da sua frequência real» (ibid., p. 120). De acordo com Mucchielli, a sociedade francesa opõe-se cada vez mais à violência, transformando assim o seu estatuto: «O que outrora era considerado "normal" ou "exagerado mas tolerável" torna-se anormal e intolerável. O que não queríamos ver é agora óbvio para todos. O que era considerado um "assunto privado" torna-se um assunto público. O olhar público penetra em lugares que anteriormente estavam sujeitos ao poder discricionário do chefe: o pai de família, o professor, o animador do campo de férias, o supervisor do internato ou do albergue, o primeiro-sargento do campo militar, o gerente do escritório, etc. Assim, a violência interpessoal, que não é nova, mas mudou de estatuto, é denunciada.» (ibid, pp. 120-121). Tudo isto levaria hoje a uma «judicialização da resolução de conflitos sociais» (MUCCHIELLI, 2011).

Esta violência é socialmente construída e tem muitas faces. May Clarkson, com base em vários estudos e relatórios, distingue a violência pessoal (física, psicológica, sexual, social e ambiental) e a violência estrutural (pobreza, repressão e frustração) (MAY, 2004). Num estudo realizado em Portugal sobre a análise das representações da violência contra crianças de vários grupos sociais, Sandra Pascoal e Gabrielle Poeschl identificaram quatro causas de violência contra crianças: «fatores socioambientais (por exemplo, fome, pobreza, guerra), fatores pessoais (falta de educação, de referências familiares, agressividade), fatores relacionais (falta de compreensão entre pais, falta de amor, falta de diálogo), e fatores relacionados com as próprias crianças (violentas, deficientes, toxicodependentes)» (PASCOAL E POESCHL, 2004, p. 24).

A minha análise coincide em parte com a das autoras acima referidas, mas afasta-se quando me apoio nas minhas próprias observações. A observação de certos momentos da vida familiar das pessoas que conheci e durante os quais foram encenadas formas diferenciadas de violência, permite-me distinguir três tipos de violência entre pais e filhos: violência incorporada, violência contextual e violência reativada. Antes de apresentar estas três formas de violência, é importante definir o que considero ser um ato violento verbal ou físico. Independentemente da minha opinião, inevitavelmente subjetiva, proponho considerar como violento qualquer ato que provoque uma reação de rejeição por parte da pessoa a ele sujeita (choro, raiva, medo, etc.) e que é interpretado pelo indivíduo que o sofreu como violento.

A violência incorporada

A construção social da violência é vivida de forma diferente, dependendo da geração, gênero e classe. As pessoas reagem de forma diferente a gestos e palavras que se destinam a expressar insatisfação ou punição, por exemplo. Cléopâtre Montandon e Saloni Sapru sublinham a importância das «variações e nuances interindividuais nas atitudes e práticas dentro dos grupos sociais» (MONTANDON e SAPRU, 2002, p. 132). Os estilos educacionais são de fato moldados por múltiplos fatores, incluindo a atividade profissional (Ibid, 2002). As interações profissionais são

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644468368>

«um dos motores de mudança nos "modos de ser" dos pais, particularmente nos meios populares» (LE PAPE, 2012, p. 40). Contudo, as normas educativas são também divulgadas por instituições legítimas em matéria de tomada a cargo de crianças pequenas: medicina e profissões da saúde (GOJARD, 2010), instituições da primeira infância (GARCIA, 2011), escolas (THIN, 2009), entre outras.

Jean Kellerhals, Cléopâtre Montandon, Gilbert Ritschard e Massimo Sardi distinguem três estilos educacionais: regulamentar, materialista e contratual. O estilo regulamentar caracteriza-se pela acomodação (ajustamento aos ritmos e disciplinas do ambiente) e controle (constrangimento e proibição). A comunicação não é nem muito frequente nem muito íntima e as atividades conjuntas são reduzidas. O estilo materialista assemelha-se ao primeiro em termos de acomodação e controle, mas difere na forte comunicação e na importância das atividades conjuntas entre pais e filhos. Ambos dizem sobretudo respeito às classes populares. O estilo contratualista é caracterizado pela importância atribuída à autorregulação da criança e à criatividade. A autoridade é mais negociadora do que coerciva. Os papéis femininos e masculinos são menos diferenciados do que nos estilos anteriores. Este modelo diz sobretudo respeito a famílias socialmente favorecidas (KELLERHALS et al, 1992).

Numa pesquisa realizada nos Estados Unidos com crianças entre 8 e 9 anos de todos os meios sociais, Annette Lareau opõe um modelo educacional a que ela chama de «educação concertada» (concerted cultivation) nas classes média e altas ao do «desenvolvimento natural» (accomplishment of natural growth) nas classes populares. A socióloga mostra como a educação concertada beneficia as crianças na sua escolaridade (LAREAU, 2011). Para Marie Clémence Le Pape, «a comunicação assume sobretudo a forma de justificações em ambientes populares e de negociações em ambientes privilegiados; o controle é mais precoce e mais indireto nas classes média e alta, e é mais direto nos ambientes populares» (LE PAPE, 2009, p. 41-42).

A violência incorporada destina-se a corrigir comportamentos considerados inaceitáveis, a recordar as regras, a expressar insatisfação. Têm uma finalidade educativa. Pude observar que as palmadas, os estalos, os gritos e os insultos visavam, de forma direta e sem muita consulta, educar melhor. Os castigos físicos ou verbais fazem muitas vezes parte do «habitus» desses pais. Tendo na maioria dos casos

recebido uma educação mais rígida, consideram-se menos rígidos e mais «amáveis» do que os seus próprios pais. Como mostra o estudo de Pascoal e Pueschl, os adultos do «bairro social» consideram a violência que lhes é apresentada menos violenta do que a da zona residencial (PASCOAL e PUESCHL, 2004). Aliás, o facto de em várias ocasiões os pais cometerem estes atos na minha presença revela bem o seu carácter quase inofensivo. Ludovic Vandaele, desempregado, diz acerca da sua filha: «Amelle deu uma resposta ofensiva à minha mulher, eu cheguei e dei-lhe uma palmada E uma das boas. E ela ficou com as nádegas roxas. Não bato no rosto, é sempre nas nádegas.» Monique Dazin, diz acerca do seu filho, Sofiane: «Um dia, o Sofiane batia com os pés no chão. Uma, duas, três vezes, eu disse-lhe para parar, coloquei-o no sofá e disse-lhe: «Para ou vou te bater!», uma vez, duas vezes. Ele olha para mim calmamente e riu-se. Depois, voltou novamente a bater com os pés no chão. «Venha cá!» Dei-lhe uma palmada no traseiro. «Vou dizer ao meu pai», respondeu-me. «Vais dizer ao teu pai? Espera, vamos ligar para ele, vai ver.» Peguei o telefone: «O Sofiane quer falar com você.» E então, Sofiane e o pai: «Papá», «O que foi?», «Papá, a mamã me deu uma palmada.» E o pai respondeu-lhe: «Não vale a pena falar nisso, a tua mãe fez. Se a mamãe te bateu é porque deve ter merecido.» Outra vez, o Sofiane disse-me já não sei bem o quê, e a minha mão voou e pronto!» Os castigos corporais mais importantes permanecem circunscritos a momentos «graves», como sublinha o testemunho de Sylvie Barderon, faxineira, ao falar sobre o seu filho Enzo: «Levou uma ou duas vezes com o cinto na sua vida. Duas vezes, pois foram duas vezes em que ele se colocou realmente em perigo. Uma vez, às oito horas da noite, não estava em casa. Aos seis anos!»

A violência contextual

O estudo qualitativo da pobreza, mesmo que ainda seja raro em França, permite apurar mais de perto os seus efeitos nas famílias e a construção de laços entre as crianças e os pais. Embora possamos pensar que as pessoas que vivem na pobreza não são inerentemente mais violentas do que outras são, no entanto, afetadas pelas suas condições de vida, o que pode provocar o que eu chamo de

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644468368>

violência «contextual». Com efeito, tenho observado algumas tensões nestas famílias relacionadas com as suas condições de vida. Estas formas de violência, que se manifestam em insultos e golpes destinam-se a resolver frustrações, ciúmes, sentimentos de injustiça e tensões, e não se destinam a ser educativas.

Viver em habitações superlotadas, pouco aquecidas e por vezes pouco saudáveis torna a vida diária muito difícil para estas famílias. Johnny Vermeersch, um ex-mineiro deficiente, vive com a sua mulher e cinco filhos numa casa de dois quartos. Num deles, dormem os três rapazes e no outro as duas filhas e a sua mãe (na mesma cama que uma das suas filhas). Quanto ao Johnny, dorme na sala: «Não é normal que eu não durma com a minha mulher, ela vai ter um bebê de proveta (riso amarelo)!». Noutra família que conhecemos, Gilles, filho de Annick e de Jean Lagier, também dorme na sala de estar. é frequentemente perturbado pela manhã quando o seu irmão mais novo faz barulho quando ele ainda está dormindo. Levanta-se frequentemente do sofá com raiva e bate no irmão mais novo. Notamos também que a falta de espaço coloca dificuldades no que diz respeito as lições de casa, à necessidade de fugir aos conflitos e de se isolar.

Para além das condições exíguas das habitações, há por vezes o mau estado da casa, como ilustra a história de Nora Dhamani, desempregada, e que vive com os seus dois filhos numa casa onde o banheiro não funcionava, quando a visitei. Nora conta as tensões entre ela e o filho Kevin na hora do banho do seu neto: «Pegou neste balde e colocou-o no meio da mesa de jantar, assim, e deixou com a água quente do banho e deixou Yohan de pé. E eu estava lá e estava aflita e com medo, comecei a sentir o meu coração acelerar. Um passo para trás... Inconsciente que ele era, inconsciente. E eu ali, ele olhou para mim. Disse-lhe que o Yohan estava em perigo. Então tentei levantar-me para o segurar e ele bloqueou-me à força.» (STETTINGER, 2019)

Para além da habitação, a falta de dinheiro obriga as famílias a adaptarem o seu consumo: compras contadas, diferença de tratamento com as crianças relativamente às diversas compras, mesmo para alimentação. Algumas famílias escolhem por vezes dar mais à criança que tem mais probabilidades de sucesso, como no caso da família Vermeersch. As cinco crianças não têm frequentemente a

mesma refeição, sendo que as mais novas recebem uma refeição melhor do que as outras três. Jessica, a menor, é brilhante na escola e é também a que recebe mais presentes. Teve o seu celular mais cedo, é também a mais bem vestida... O Dylan é frequentemente violento com as suas irmãs e mostra o seu ciúme ao bater nelas e na mãe. Também se apropria muitas vezes do telefone da irmã e o da sua mãe. Durante uma das minhas visitas à família Vermeersch, o Johny quase deu um murro no seu filho Dylan por um par de meias ter desaparecido. Nora Dhamani descreve também uma cena de violência de Kevin: «Cheguei à casa e assim que fechei a porta, ouvi resmungar lá em cima. Kevin e Ludovic começaram a bater um no outro. Disse. «O que é que se passa?» «Ele roubou-me o celular!» Mais uma história de celulares! Então, tentei intervir e disse: «Olha aqui, não o ataque», «Sim, sim, sim», e chamou-lhe dos piores nomes e Ludovic assustou-se, fugiu e o meu filho mais velho correu atrás dele, e apanhou Ludovic, meu Deus, devia ter visto como ele olhou para ele, eu comecei a gritar, a gritar! Queria separá-los e depois o Kevin empurrou-me. «Não, pára!» Os vizinhos vieram ver o que se passava, nem sequer um deles veio em meu socorro. Eu estava ali, gritava, gritava a minha dor e eles davam pontapés um no outro sem parar, sem parar...».

A atitude de desprezo que sentem por parte da sociedade, especialmente por parte das instituições, provoca também um sentimento de fúria entre eles. Isto é o que testemunha Jean Lagier, desempregado, sobre como é tratado pelos serviços da sua cidade: «Quando não se trabalha, quando se está no fundo do poço, somos inúteis, por isso para eles [os serviços da prefeitura] é quase, quanto mais cedo partirmos, melhor. Para fazer com que as pessoas partam depressa, o mais rapidamente possível, há que tornar as suas vidas num inferno. Não se deixe enganar, nas prefeituras, eles deveriam ajudar realmente as pessoas, mas só ajudam aqueles que querem.»

A violência reativada

Às duas primeiras formas de violência descritas acima, acrescentaria uma terceira que reflete o sofrimento frequentemente associado a uma história familiar

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644468368>

(institucionalização, perda de um dos pais, doença). Podem estar associadas a formas de dependência como o consumo de drogas e álcool. Tratam-se de manifestações menos controladas e controláveis que por vezes assumem proporções impressionantes. Podem ser desencadeadas pelos pais em relação aos filhos, e também pelos filhos em relação aos pais. Dylan Vermeersch bate na mãe, no pai e nas irmãs. Gilles Langier, retirado da família aos três anos de idade por causa da toxicod dependência dos seus pais, bate no irmão e já atacou o pai com uma faca. Nora Dhamani sofreu durante muito tempo abusos físicos e/ou verbais por parte do seu filho Kevin, retirado da sua mãe desde o seu primeiro ano de vida: «Ele é violento, é violento, é verdade que é violento. Ele sai de... Fui sempre insultada pelos meus pais, abaixo de cão: «Tu não és nada, és um zero, és estúpida.» Mas quando ouço comentários como "deficiente mental" e tudo isso, magoa-me porque não frequentei muito a escola, mas não sou de certeza deficiente mental. Resultado, agora passo o meu tempo a chorar porque ele não vê tudo o que eu faço, tudo o que eu consigo fazer.»

Alguns viram esta violência contra si próprios, como Gilles Langier, que se mutila: objetos cortantes ou...qualquer coisa, qualquer coisa que corte, eu fico com ela. Pode ser uma faca, mesmo que seja penoso me cortar me, mas enquanto não me cortar, bem, vou continuar.

Para uma maior visibilidade e precisão da análise, estas três formas de violência foram separadas, mas muitas vezes sobrepõem-se, especialmente as duas últimas.

Durante a pandemia de Covid-19...

Numerosos trabalhos têm sido feitos sobre o impacto da pandemia nas famílias, particularmente nas mais desfavorecidas⁷. A maioria destas análises é construída a partir de estatísticas (BARHUMI ET AL., 2020; DUBOST ET AL., 2020), uma vez que estudos mais qualitativos demoram mais tempo para serem publicados e analisados, onde seria então mais apropriado entrevistar pais e filhos que vivem na pobreza. Estes estudos estatísticos são quase unânimes em apontar para uma maior

visibilidade das desigualdades já existentes, ao mesmo tempo que alertam para o aumento de algumas delas, especialmente as que se prendem com a precariedade no emprego.

Visibilidade das desigualdades

A medida sanitária obrigatória de distanciamento social revelou a dificuldade de lidar com ele para algumas famílias: habitações exíguas, superlotadas, sem espaço exterior. Antes da pandemia, estes fatores já eram problemáticos: falta de privacidade para os adultos (impossibilidade de ter um quarto e conseqüentemente vida sexual reduzida, momentos raros como casal), falta de privacidade para as crianças (dificuldades em fazer as lições de casa, isolar-se, dormir, fugir de conflitos), falta de conforto básico ou mesmo insalubridade da habitação (frio, umidade, ausência de banheiros). Embora tudo isto já existisse antes, os períodos de confinamento exacerbaram estas dificuldades em viver em conjunto. A pesquisa SAPRIS (Saúde, percepção, práticas, relações e desigualdades sociais durante a crise da COVID-19, financiada pela Agência nacional de pesquisa francesa) mostra que as condições de vida também determinam a qualidade das relações no seio familiar, relações que se deterioram ainda mais durante a pandemia, na ausência de um espaço exterior⁸. Como destaca Pierre Gilbert, «por um lado, o confinamento cria desigualdades específicas e grandes dificuldades para as famílias que aí vivem; por outro lado, devido às várias desigualdades que as afetam - saúde, habitação, trabalho e transportes - as famílias e bairros da classe popular estão particularmente expostos ao vírus e podem acabar por pagar um preço muito elevado pela pandemia» (GILBERT, 2020, online).

Precariedade laboral

A evolução das relações intrafamiliares depende também das condições sociais e materiais. Verificaram-se melhorias com mais frequência nos empregados de funções consideradas superiores e para os pais em teletrabalho. Embora o inquérito SAPRIS saliente o facto de a grande maioria dos pais relatar que a sua relação com

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644468368>

o(s) seu(s) filho(s) não se alterou (61%) ou até melhorou (23%), as relações degradaram-se nos perfis familiares em que os pais são predominantemente operários, empregados e com ocupações intermediárias, em que os pais não trabalham e cuja situação financeira da família foi considerada difícil. A pesquisa também encontrou um aumento de perturbações do sono e emocionais entre as crianças das famílias com rendimentos mais baixos, particularmente as que enfrentam uma queda nos rendimentos durante o confinamento (19%) em comparação com as famílias com rendimentos constantes (10%).

Em resumo, a pobreza já existente aumentou durante a pandemia. Os índices de pobreza de rendimentos, estáveis até 2017, voltaram a aumentar desde então, um aumento «discreto» que se está a intensificar com a crise sanitária, tal como relatado pelo *Observatoire des inégalités*. Este aumento estaria ligado, segundo a historiadora Axelle Brodier-Dolino, à variação na pobreza dos pobres que se tornaram ainda mais pobres (aumento das despesas, dificuldades em receber subsídios, em continuar com as atividades informais) e das pessoas em situação precária que a autora designa de «os novos pobres da pandemia», ou seja, todos aqueles que não puderam se beneficiar do desemprego parcial: pessoas com contratos precários, com contratos à termo, trabalhadores temporários, em período de experiência, bem como trabalhadores sazonais e trabalhadores informais (BRODIEZ-DOLINO, 2021).

Vários estudos mostram também que os operários e os empregados, que beneficiaram menos do teletrabalho, estiveram mais expostos ao vírus e a formas graves de COVID-19, devido ao seu frágil estado de saúde, acesso mais limitado aos cuidados e perda de recursos financeiros.

Considerações Finais

Tal como mencionado na introdução, a violência doméstica parece ter aumentado durante a pandemia. À luz do que acabamos de expor, este aumento pode ser sobretudo observado no segundo tipo de violência identificado neste artigo: a «violência contextual». Como vimos, a violência intrafamiliar entre pais e filhos existia antes da pandemia e, para a compreendê-la, é necessário fazê-lo num contexto que

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644468368>

vai para além do indivíduo. São inerentes ao lugar ocupado pelas famílias no «tabuleiro de xadrez social», num contexto social e económico difícil que se entrelaça com as trajetórias pessoais. Esta violência é a manifestação de determinadas normas educativas, e também de momentos difíceis da vida, passados e presentes, sejam eles materiais (falta de dinheiro) ou emocionais (falta de amor, por exemplo). A pandemia de Covid 19 não criou violência entre pais e filhos, mas colocou à prova as vidas frágeis. Face à pandemia, as pessoas que vivem na pobreza têm estado mais expostas e vulneráveis. Como apontado por Céline Bessière, Emilie Biland, Sibylle Gollac, Pascal Marichalar e Julie Minoc, «a família não constitui sempre ou em todos os lugares um espaço de proteção dentro do qual o indivíduo fica protegido das dificuldades da vida social, como no caso do coronavírus.» (BESSIERE, BILAND, GOLLAC, MARICHALAR e MINOC, 2020) Isto é ainda mais verdadeiro para as famílias mais carentes.

Referências

BESSIÈRE, Céline; BILAND, Émilie; GOLLAC, Sibylle; MARICHALAR, Pascal; MINOC, Julie. **Penser la famille aux temps du COVID-19**. Mouvements, La découverte, 2020, en ligne.

BOURDIEU, Pierre. **Le Sens pratique**, Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **La Distinction**. Critique sociale du jugement, Minuit, 1979.

BRODIEZ-DOLINO, Axelle. **Comment l'épidémie fait-elle exploser la pauvreté?**, Journal du CNRS, janvier 2021 (<https://www.youtube.com/watch?v=QWl0pwiMzrI>).

CARDI Coline, 2007, La « mauvaise mère » : figure féminine du danger, Mouvements, n° 49, p. 27-37.

CAYOUILLE-REMBLIÈRE, Joanie. **De l'hétérogénéité des classes populaires** (et de ce que l'on peut en faire), Sociologie [en ligne], n°4, vol. 6, 2015, mis en ligne le 05 janvier 2016.

COLLOVALD, Annie; SCHWARTZ, Olivier. **Haut, bas, fragile: sociologies du populaire**. Entretien avec Annie Collovald & Olivier Schwartz », Vacarme, n°37, 2006.

DAMON, Julien. **Éliminer la pauvreté**, PUF, 2010.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644468368>

DESQUESNES, Gillonne. **Pauvreté des familles et maltraitance à enfants**: un état des lieux de la recherche, une question non tranchée, Les Sciences de l'éducation - Pour l'Ère nouvelle, 2011/3 (Vol. 44), p. 11-34.

DUVOUX, Nicolas; LOMBA, Cédric. **Où va la France populaire?**, PUF, 2019.

DUVOUX, Nicolas; PAPUCHON, Adrien. **Les dynamiques contemporaines de la pauvreté**: de l'exclusion à l'insécurité sociale. Métropolitiques (en ligne), 2019,

DUVOUX, Nicolas; RODRIGUEZ, Jacques. **La pauvreté insaisissable**. Enquête(s) sur une notion. Communications, vol. 1, n° 98, pp. 7-22, 2016.

GARCIA, Sandrine. **Mères sous influence**. De la cause des femmes à la cause des enfants, Paris, La Découverte, 2011.

GILBERT, Pierre. **Le Covid-19, la guerre et les quartiers populaires**, Métropolitiques, 16 avril 2020. URL : <https://metropolitiques.eu/Le-Covid-19-la-guerre-et-les-quartiers-populaires.html>.

GOJARD, Séverine. **Le métier de mère**, Paris, La dispute, 2010.

JAZOULI, Adil. **Les classes populaires**: expérience d'exclusion et formes de violence. Revue Quart Monde [En ligne], 147, 1993/2.

KELLERHALS, Jean; MONTANDON, Cléopâtre; RITSCHARD, Gilbert; SARDI, Massimo. **Le style éducatif des parents et l'estime de soi des adolescents**, Revue française de sociologie, 1992, 33-3. pp. 313-333.

LAREAU, Annette. **Unequal Childhoods**. Class, Race, and Family life. Second Edition (with an Update a Decade Later), Berkeley, University of California Press, 2011,

LE PAPE, Marie-Clémence. **L'art d'être un « bon » parent**: quelques enjeux des nouvelles normes et pratiques éducatives contemporaines, Cahiers français, n°371, 2012, pp. 36-42.

MASCLET, Olivier; AMOSSÉ, Thomas; BERNARD, Lise; CARTIER, Marie; LECHIEN, Marie-Hélène; SCHWARTZ, Olivier; SIBLOT, Yasmine (dir). **Etre comme tout le monde**. Employées et ouvriers dans la France contemporaine, Raisons d'agir, 2020.

MASCLET, Olivier; SCHWARTZ, Olivier. **Les classes populaires, c'est les pauvres**. In MASCLET, Olivier; MISSET, Séverine; POUULLAOUËC, Tristan. La France d'en bas ? Idées reçues sur les classes populaires, Le cavalier bleu, 2019, pp. 21-28.

MAUGER, Gérard (coord.). **De la classe ouvrière aux classes populaires**, Savoir/Agir, vol. 34, no. 4, 2015.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644468368>

MAY, Clarkson. **La violence familiale**. Une approche systémique, Service des études et analyses, Gouvernement du Québec, Ministère de la Santé et des Services sociaux/Direction générale de la planification et de l'évaluation, 1994.

MONTANDON, Cléopâtre; SALONI, Sapru. **L'étude de l'éducation dans le cadre familial et l'apport des approches interculturelles**, Pierre R. Dasen éd., Pourquoi des approches interculturelles en sciences de l'éducation, De Boeck Supérieur, 2002, pp. 125-145.

MUCCHIELLI, Laurent. **Une société plus violente?** Une analyse socio-historique des violences interpersonnelles en France, des années 1970 à nos jours, Déviance et Société, vol. 32, no. 2, 2008, pp. 115-147.

MUCCHIELLI, Laurent. **L'invention de la violence**, Fayard, novembre 2011

PALHETA, Ugo. **Violence symbolique et résistances populaires**, Éducation et socialisation [En ligne], 37, 2015.

PASCOAL, Sandra; POESCHL, Gabrielle. **Représentations Sociales De La Violence Envers les enfants**, Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale, 2004/4 (Numéro 64), p. 21-34.

PAUGAM, Serge. **Les formes contemporaines de la pauvreté et de l'exclusion**. Le point de vue sociologique. Genèses, 31, pp. 138-159, 1998.

PAUGAM, Serge. **Les formes élémentaires de la pauvreté**, PUF, 2005.

PAUGAM, Serge; DUVOUX, Nicolas. **La régulation des pauvres**, PUF, 2008.

SCHWARTZ, Olivier. **Vivons-nous encore dans une société de classes?** Trois remarques sur la société française contemporaine », La Vie des idées, 22 septembre, 2009.

SCHWARTZ, Olivier. **La notion de "classes populaires"**, Habilitation à Diriger de Recherches, 1998.

SCHWARTZ, Olivier. **Le monde privé des ouvriers**. Hommes et femmes du Nord, PUF, 1990.

SERRE, Delphine. **Les Coulisses de l'État social**. Enquête sur les signalements d'enfant en danger, Raisons d'agir, 2009.

SIBLOT, Yasmine; CARTIER, Marie; COUTANT, Isabelle. MASCLET, Olivier; RENAHY, Nicolas. **Sociologie des classes populaires contemporaines**, Armand Colin, 2015.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644468368>

STETTINGER, Vanessa. **Devenir une "bonne" mère**. Une trajectoire balisée par l'intervention sociale », Revue de politiques sociales et familiales, n°129-130, pp. 77-88, 2019.

XAVIER, Thierry; BERTRAND, Geay; ARIANE, Pailhé et al. **Les enfants à l'épreuve du premier confinement**, Population & Sociétés, 2021/1 (N° 585), p. 1-4.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)

Notas

¹ Insécurité et délinquance en 2020 : bilan statistique, Service statistique ministériel de la sécurité intérieure, 2020 (<https://www.vie-publique.fr/sites/default/files/rapport/pdf/279727.pdf>. <https://www.vie-publique.fr/en-bref/275691-violences-conjugales-le-confinement-revelateur>) et Fabrice JOLLANT, Adrien ROUSSOT, Emmanuelle CORRUBLE, Jean-Christophe CHAUVET-GELINIER, Bruno FALISSARD, Yann MIKAELOFF et Catherine QUANTIN, « Hospitalization for self-harm during the early months of the COVID-19 pandemic in France: A nationwide retrospective observational cohort study », The Lancet Regional Health - Europe 6 (2021).

² Projeto financiado pela ANR (Agência Nacional de Investigação) Venir au Monde 2010/2014, dirigida por Bertrand Geay.

³ Criada pela portaria de 23 de Dezembro de 1958, a Aemo é uma medida de proteção para as crianças que vivem no seu ambiente familiar. Os serviços da Aemo intervêm a pedido da autoridade administrativa (o presidente do conselho departamental através do seu serviço de assistência à infância) ou da autoridade judicial (o juiz da criança). Esta intervenção tem lugar quando os pais encontram dificuldades nas suas responsabilidades educativas e/ou quando as condições de vida da criança a colocam numa situação de perigo real ou potencial. Consiste na intervenção assistentes sociais no ambiente familiar da criança. As medidas da Aemo são limitadas no tempo: variam geralmente de seis meses a dois anos, renováveis dependendo da evolução da situação das crianças até que atinjam a maioridade.

⁴Insee-DGFIP-Cnaf-Cnav-CCMSA, pesquisa sobre receitas fiscais e sociais, 2017.

⁵ Insee-DGFIP-Cnaf-Cnav-CCMSA, pesquisa sobre receitas fiscais e sociais, 2015.

⁶ Insee-DGFIP-Cnaf-Cnav-CCMSA, pesquisa sobre receitas fiscais e sociais, 2015.

⁷ Anne Lambert, Joanie Cayouette-Remblière (dir.), L'explosion des inégalités. Classes, genre et générations face à la crise sanitaire, La Tour d'Aigues, INED, Editions de l'Aube, coll. « Monde en cours », 2021 ; Nicolas Mariot, Pierre Mercklé, Anton Perdoncin (dir.), Personne ne bouge. Une enquête sur le confinement du printemps 2020, Grenoble, UGA Editions, coll. « Carrefours des idées », 2021.

⁸ Foram utilizados 4 877 questionários. Os dados são ajustados para serem representativos das crianças nascidas em França em 2011 (8-9 anos de idade).